**ANEXO VI**

**TERMO DE COMPROMISSO DA CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO A PROJETO EDUCACIONAL OU DE PESQUISA**

Eu, NOME\_BENEFICIÁRIO, coordenador(a) do projeto intitulado “TITULO\_PROJETO”, aprovado no âmbito do PROGRAMA DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA EM DEFESA NACIONAL – PROCAD-DEFESA 2019, edital nº \_\_/2019, da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), atesto estar ciente e de acordo com as normas estabelecidas para o recebimento de Auxílio Financeiro a Projeto Educacional ou de Pesquisa, assumindo em caráter irrevogável os compromissos e obrigações que se seguem:

1. Conhecer a Portaria nº 059, de 14 de Maio de 2013, e seus anexos, que disciplina as condições gerais que regem o presente termo;

2. Saber que o documento referido no item 1 é parte integrante do presente Termo;

3. Subscrever e concordar integralmente com o documento referido no item 1 e seus anexos;

4. Saber que os recursos serão liberados pela Capes em função de suas disponibilidades orçamentárias e financeiras;

5. Saber que o banco e a agência bancária informados e o Cartão de Pesquisa aprovado se destinam específica e exclusivamente para gerir os recursos para execução do projeto aprovado;

6. Utilizar os recursos de acordo com o estabelecido no Plano de Aplicação aprovado pela Capes e dentro do prazo de vigência dele;

7. Possuir anuência formal da Instituição de Ensino Superior à qual estou vinculado para execução do projeto, mediante o envio do Formulário Auxpe (anexo III da Portaria 59/2013) devidamente preenchido e assinado, no prazo estipulado pela Capes;

8. No caso de o projeto incluir a concessão de bolsas:

a) indicar bolsista com nível correspondente ao da bolsa concedida, dentro do saldo disponível do projeto, no prazo informado pela área técnica da Capes, e via sistema SCBA;

b) saber que o pagamento das bolsas será efetuado diretamente ao bolsista pela Capes, mediante depósito mensal em conta corrente por ele indicada, e que a vigência das bolsas não poderá ultrapassar a vigência do presente Termo, com exceção dos casos previstos pela própria Capes;

9. Manter sob sua guarda os documentos originais comprobatórios dos pagamentos efetuados, até 20 (vinte) anos após a aprovação final das contas da Capes pelo Tribunal de Contas da União;

10. Prestar contas por meio do sistema informatizado disponibilizado pela Capes (SIPREC), conforme disciplinado pela Portaria 59/2013;

11. Saber que estou sujeito às normas da Capes e às condições contidas na legislação correlata que rege a execução de Auxílios e instrumentos congêneres, no que couber;

12. Não ser beneficiário de outro Auxílio da Capes da mesma natureza vigente no mesmo período deste;

13. Ter ciência de que esta declaração é feita sob pena da incidência dos artigos 297-299 do Código Penal Brasileiro sobre a falsificação de documento público e falsidade ideológica, respectivamente.